

FMI: programa de 85 continua sendo negociado.

Numa nota incomum, destinada a atenuar o impacto de notícias alarmistas publicadas pela imprensa, o Fundo Monetário Internacional declarou ontem que continua negociando com as autoridades brasileiras o programa de ajustamento de 1985.

A nota do FMI, transmitida pelo telefone a correspondentes de jornais brasileiros em Washington, é uma síntese modesta do longo telex que o diretor-gerente da instituição, Jacques de Larosière, enviou aos banqueiros internacionais (íntegra abaixo), solicitando-lhes que mantenham linhas de crédito abertas para o Brasil durante a revisão do seu programa de ajustamento. O comitê de bancos que assessora o Brasil nas suas negociações com a comunidade financeira internacional fez o mesmo pedido a centenas de bancos credores do País.

A nota do FMI para consumo público diz que, "sob o programa de três anos que foi aprovado entre o Fundo e o Brasil em fevereiro de 1983, o Brasil realizou uma recuperação muito forte de seu balanço de pagamento e fortaleceu significativamente a sua posição de reservas internacionais".

"No plano interno — continua — também se realizou progresso nas mudanças estruturais, até mesmo o ajustamento dos preços relativos e o fortalecimento da poupança, criando-se, portanto, condições para maior crescimento."

A seguir, contudo, a nota observa que "a inflação não caiu como se esperava, devido particularmente aos desvios na área monetária". O comunicado termina esclarecendo que "o Fundo está, no momento, mantendo discussões com as autoridades brasileiras a fim de concluir (a formulação) do programa de 1985".

Ontem, o respeitado jornal *The Wall Street Journal*, de Nova York, afirmou que o próprio FMI havia cortado seus créditos para o Brasil. Fonte da instituição disse ontem que a afirmação é incorreta por diversas razões.

De um ponto de vista estrita-

mente formal, o País só pode sacar os recursos emprestados pelo Fundo Monetário quando cumpre suas metas. É verdade que os objetivos de dezembro não foram alcançados pelo governo, especialmente as metas monetárias e os tetos quantitativos para o déficit do setor público. Esses tetos constituem critério de desempenho.

Mas fonte do FMI disse que não havia nenhum saque previsto, já que estaria na dependência da aprovação também do programa de 1985. Devido aos desvios já conhecidos, o FMI chegou à conclusão de que é necessário modificar o programa para 1985, que fora preparado pelas autoridades brasileiras em novembro-dezembro do ano passado, acrescentando-lhe medidas adicionais destinadas especialmente a restaurar a credibilidade da política fiscal e monetária.

Não se estabeleceu ainda nenhum calendário para o cumprimento das metas ou para o saque do que resta do empréstimo ampliado do FMI, daqui até o fim do programa, previsto em princípio para fevereiro de 1986. O Brasil poderá sacar, quando o programa voltar aos trilhos, parcelas trimestrais totalizando um pouco menos de 1,5 bilhão de dólares, à taxa de ontem de conversão do direito especial de saque.

Segundo uma fonte do FMI, se o programa de 1985 já houvesse sido aprovado pela diretoria executiva do FMI, e estivesse caminhando a contento, e se os tetos de dezembro houvessem sido atingidos, o Brasil poderia tentar sacar em fevereiro ou meados de março uma parcela de 370 milhões de dólares, mesmo que não fossem conhecidos todos os resultados do primeiro trimestre deste ano.

Mas outra fonte ligada ao Brasil disse que nenhum saque estava previsto para agora com base no desempenho de dezembro. Tendo em vista que restam apenas quatro parcelas de 370 milhões de dólares para ser sacadas do empréstimo do FMI, elas mais naturalmente seriam sacadas a partir dos resultados de março, junho, setembro e

dezembro. Como há um espaço de aproximadamente dois meses entre o fim do trimestre e a data do desembolso correspondente, o Brasil receberia a última parcela no encerramento do programa, em fevereiro de 1986.

Nada teria impedido, entretanto, que o FMI resolvesse permitir ao Brasil sacar duas parcelas depois de março, disse a mesma fonte, dando idéia da confusão em que se encontram pessoas que acompanham diariamente a evolução das negociações entre o Fundo e o Brasil na própria instituição.

O que pode ocorrer é que as metas de março ficam para ser cumpridas em junho, com os necessários ajustes, sem que o programa seja suspenso, como aconteceu com outros países no passado recente. Nesse caso, os desembolsos deste ano só começariam a sair em agosto, porque o País teria de esperar os resultados do primeiro semestre para poder fazer o saque.

Obviamente, o diretor-gerente da instituição deixou claro às autoridades econômicas brasileiras que deseja certificar-se de que o programa retornará aos eixos, de que distorções monetárias e fiscais serão corrigidas e a inflação será combatida com determinação. E evidente também que só o próximo governo poderá responsabilizar-se integralmente pelo programa de 1985. Essa mudança de compasso nas negociações foi prevista, pois há sempre um momento na transição em que o País fica mais ou menos acéfalo.

Entretanto, desde meados do ano passado o FMI vem demonstrando preocupação com o programa brasileiro. Em setembro, referindo-se aos desvios da política monetária do governo, um diretor da instituição disse a este jornal que o Brasil estava pagando o preço de seu êxito na área externa, com as autoridades sendo obrigadas a monetizar os crescentes saldos comerciais do País. Mas ninguém esperava que a oferta de moeda desse o salto que deu em dezembro, quando, segundo os cálculos de um economista do Fundo, cresceu 4.600% em base anual.

Ao mesmo tempo em que discutia com o Brasil as metas de setembro e posteriormente de dezembro, o FMI demonstrou estar disposto a absorver as freqüentes reviravoltas do governo e a aceitar números que não eram levados a sério nem mesmo no Brasil. Depois do estremelecimento ocorrido em 1983, as coisas com o Fundo caminharam mais ou menos bem. A satisfação dos credores com o desempenho das contas externas ajudou a estabelecer o ritmo das negociações. O Brasil recuperava sua liquidez, cumpria suas obrigações financeiras e era isso que interessava aos bancos e tranquilizava o FMI.

Nesse período e até recentemente o Fundo foi visto como um tigre de papel, agindo com negligência benigna em relação aos objetivos internos do programa. Em novembro, o FMI já achava que as políticas prescritas para o Brasil provavelmente não haviam sido suficientemente restritivas, mas não fez nada para molestar a sério o atual governo. O abacaxi resultante de suas dúvidas e de sua tolerância terá agora que ser descascado por Tancredo Neves, num momento delicado da vida nacional.

Pelo menos, segundo uma fonte bancária afirmou ontem, os bancos pretendem manter abertas as linhas de crédito para o Brasil. O inevitável atraso nos desembolsos do FMI realmente não tem muita importância para o Brasil, do ponto de vista financeiro. Mas um acordo com os bancos, que permita ao governo reescalonar suas obrigações por muitos anos e liberar sua imaginação para outras tarefas, só sairá depois que o País redefinir suas relações com o FMI.

Por enquanto, disse a mesma fonte, a grande preocupação dos bancos norte-americanos é com a situação dos bancos no Brasil. Banqueiros de vários pontos dos Estados Unidos indagam se há risco de uma crise bancária se generalizar no Brasil.

**A. M. Pimenta Neves,
de Washington.**